

NECROPOLÍTICA
BOLSONARISTA
E DISCURSO
AUTORITÁRIO:
CONSIDERAÇÕES
ACERCA DOS
IMPACTOS CAUSADOS
ÀS PESSOAS QUE
VIVEM COM HIV



V SICCAL

[GT2 - TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS]

Everton da Silva Santos

Universidade de São Paulo (FFLCH - USP), São Paulo, SP

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

A proposta deste artigo é, assertivamente, investigar em que modo as ações necropolíticas instituídas ao longo dos dois primeiros anos de governo Bolsonaro permitiram a continuidade da estigmatização e estereotipação das pessoas que vivem com HIV (PVHIV) no Brasil. Propusemos analisar discursos autoritários proferidos pelo presidente da República em 2020¹, que incute na perpetuação do estigma, na violência da sociedade e negligência do Estado, bem como a violação dos Direitos Humanos, tendo como resultado a marginalização e invisibilidade destes sujeitos. Sob a perspectiva qualitativa dos estudos sociais, considerar-se-á as reflexões suscitadas por Mbembe (2017) para analisar as formas de controle enquanto mecanismo de poder; e por Adorno (1995), para verificar como o discurso excludente de Bolsonaro ameaça esse grupo social.

Palavras-chave: Governo Bolsonaro. Ações necropolítica. Discurso excludente. PVHIV.

This article aimed to thoroughly investigate how the necropolitical actions established in the first two years of the Bolsonaro government have promoted the stigmatization and stereotyping of people who live with HIV/AIDS (PLWHA) in Brazil. We investigated the forming axes of processual identity under an intersectional approach to assess the authoritarian discourses given by the president in 2020¹. His discourses have perpetuated the stigma, social violence, State negligence, and violation of Human Rights, resulting in the marginalization and invisibility of these people. From the qualitative perspective of social studies, we considered the reflections elicited by Mbembe (2017) to analyze the forms of control as a power mechanism; and by Adorno (1995), to verify how the excluding discourse of Bolsonaro threatens this social group.

Keywords: Bolsonaro government. Necropolitical actions. Authoritarian discourse. PLWHA.

La propuesta de este artículo es investigar de que forma las acciones necropolíticas instauradas a lo largo de los dos primeros años de gobierno Bolsonaro permitieron la continuidad de la estigmatización y estereotipación de las personas que viven con VIH (PVVS) en Brasil. Se propuso analizar los discursos autoritarios pronunciados por el presidente de la República en 2020¹, que impone la perpetuación del estigma, en la violencia de la sociedad y negligencia del Estado, así como la violación de los Derechos Humanos, teniendo como resultado la marginalización e invisibilidad de estos sujetos. Desde la perspectiva cualitativa de los estudios sociales, se consideran las reflexiones levantadas por Mbembe (2017) para analizar las formas de control como mecanismo de poder; y por Adorno (1995), para verificar como el discurso excluyente de Bolsonaro amenaza a ese grupo social.

Palabras clave: Gobierno Bolsonaro. Acciones necropolítica. Discurso excluyente. PVVS.

¹ Reação da população face à declaração de Jair Bolsonaro sobre pessoas com HIV, em fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51409101>.

Introdução

“[...] Uma pessoa com HIV, além de ser um problema sério pra ela, é uma despesa para todos aqui no Brasil. Essa liberdade que pegaram ao longo dos governos do PT, que vale tudo, chega a esse ponto, uma depravação total (sic)”². O trecho anterior foi proferido por Jair Bolsonaro, atual presidente da República do Brasil, em uma coletiva de imprensa em apoio a sugestão de abstinência sexual proposta pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damarens Alves, no dia 5 de fevereiro de 2020.

Desde o início de sua vida pública, Bolsonaro se refere a grupos sociais subalternizados com tom depreciativo, sendo suas falas eivadas de preconceitos e desinformação. Tais falas denotam o abismo que existe referente aos conhecimentos basilares sobre o viver e conviver com o HIV no Brasil. Levando-se em consideração este exemplo da figura que representa o cargo público mais elevado do país e que, ainda assim, reproduz o pensamento eugenista ainda não superados ao longo das últimas três décadas, aludem-se os termos preconceituosos “câncer gay”, “doença dos homossexuais”, “doença dos 5H”³ – homossexuais, hemofílicos, hookers (prostitutas), haitianos e usuários de heroína –, nomes

estes ainda comuns no imaginário social brasileiro.

Em tempo, é fundamental elucidarmos a confusão conceitual que milhares de brasileiros têm em relação às siglas HIV e Aids. A primeira, HIV (em inglês *Human Immunodeficiency Virus*, ou em português, Vírus da Imunodeficiência Humana – VIH) é um vírus que se propaga por meio de certos fluidos corporais (e.g. sangue, leite materno, sêmen e líquidos secretados durante o sexo) e ataca diretamente as células CD4, que protegem o organismo humano de diversas doenças. Segundo o Ministério da Saúde (2021).

“O HIV liga-se a um componente da membrana dessa célula, o CD4, penetrando no seu interior para se multiplicar. Com isso, o sistema de defesa vai pouco a pouco perdendo a capacidade de responder adequadamente, tornando o corpo mais vulnerável a doenças. Quando o organismo não tem mais forças para combater esses agentes externos, a pessoa começa a ficar doente mais facilmente e então se diz que tem Aids.” (BRASIL, 2021).

A Aids (em inglês *Acquired Immunodeficiency Syndrome*, ou em português, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - Sida) é o estágio da doença que deixa o corpo vulnerável à outras doenças. Uma pessoa que vive com o HIV (PVHIV) não necessariamente vive com ou desenvolverá a Aids. Caso um indivíduo seja infectado pelo vírus e adira adequadamente o tratamento antirretroviral (TARV) oferecido gratuitamente pelo sistema único de saúde (SUS), as chances de estes desenvolverem a doença são extremamente

² Manifestação de Jair Bolsonaro sobre a campanha de governo que incentiva a abstinência sexual como prevenção de gravidez precoce e infecções sexualmente transmissíveis.

³ Para saber mais, ler “Por que a Aids predomina entre jovens gays negros e pardos?” em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/saudelgbt/por-que-a-aids-predomina-entre-jovens-gays-negros-e-pardos/>.

baixas e, com sua carga viral indetectável⁴, as chances de transmissão são nulas. A fórmula utilizada por especialistas é a seguinte: I=I (Indetectável = Intransmissível). Neste sentido, uma PVHIV que adere adequadamente ao TARV e está indetectável viverá mais e com qualidade de vida.

Resgate histórico: da epidemia de Aids aos dias atuais

Após essa importante elucidação conceitual, faremos um breve histórico dos avanços que tangem as políticas públicas de saúde e, principalmente, o resgate da dignidade asseguradas às PVHIV nas últimas três décadas (1980-2021).

Com o surgimento da epidemia brasileira da Aids no início da década de 1980, em um panorama efervescente de ação social e consciência política, o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB; mais tarde, Movimento LGBTQIA+) se organiza para pautar, de forma pragmática, a defesa e garantia de seus direitos e liberdades, pressionando o Estado para promover políticas públicas que sugerem a erradicação

da doença por meio do amplo acesso à TARV. Porém, somente a partir de 1995 essa reivindicação se materializa: cria-se a Lei nº 9.313/96⁵, que assegura o tratamento gratuito pelo SUS aos portadores do HIV e doentes de Aids (BRASIL, 2008). É importante destacar que a grande mídia foi importante na propagação da desinformação e do estigma diante dessa doença, uma vez que pouco se sabia sobre sua origem e propagação; no entanto, pôs-se a culpa neste grupo social que vinha eclodindo politicamente e, lentamente, ganhando fôlego em meio a um cenário de criminalização, patologização e estereotipação das identidades LGBTQIA+.

Entretanto, as medidas adotadas por meio dessas políticas públicas configuraram-se dialeticamente em preconceito, através do discurso de ódio e na cristalização do estigma diante das PVHIV. Para tanto, a mobilização através do ativismo político e/ou artístico (por coletivos ou organizações não-governamentais - ONGs) ganhou força nos últimos anos, estimulando, por consequência, o debate referente às questões identitárias, à violência social, à negligência do Estado e aos direitos humanos não garantidos. É importante frisarmos em como o movimento LGBTQI+ foi importante para ampliar o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidades, *id est*, aquelas que possui comportamentos de risco⁶, e não somente

4 Segundo Artur Kalichman, coordenador do Programa Estadual DST/Aids-SP, considera-se carga viral indetectável a quantidade de vírus inferior a 40 cópias por ml de sangue. Pessoas que vivem com o HIV que tomarem seus medicamentos adequadamente e tiverem carga viral indetectável, não transmitirão HIV para seus parceiros sexuais. Outras informações disponíveis em: <http://www.saude.sp.gov.br/centro-de-referencia-e-treinamento-dstaids-sp/homepage/destaques/carga-viral-indetectavel-torna-infeccao-por-hiv-intransmissivel>.

5 Segundo o Legislativo brasileiro, a Lei nº 9.313/96 dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de Aids. Outras informações estão disponíveis no site oficial do governo: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9313.htm.

6 Comportamento de risco são práticas adotadas que aumentam o risco de contrair uma infecção sexualmente transmissível (IST). O consumo de

à comunidade devido ao fato de estes não serem os únicos com possibilidades de se infectarem pelo vírus.

Apesar dos avanços hodiernos na medicina preventiva e na ampliação ao acesso e adesão ao TARV no Brasil, o HIV continua sendo um desafio a ser vencido. Mesmo assim, após os 36 anos da epidemia de Aids, os números de PVHIV reduziram-se expressivamente, permitindo a esse grupo social o aumento da expectativa de vida e, concomitante a isso, a qualidade de vida. Segundo o Boletim Epidemiológico elaborado pelo Ministério da Saúde (apud AGÊNCIA AIDS, 2021), estima-se que:

[...] Hoje, cerca de 930 mil pessoas estão vivendo com HIV/Aids, sendo que 650 mil estão em tratamento (no Brasil). [...] Cerca de 10 mil casos de Aids foram evitados no país, no período de 2015 a 2019. Os jovens, de 25 a 39 anos, de ambos os sexos, com 492,8 mil registros, concentraram o maior número de casos. Nessa faixa etária, 52,4% são do sexo masculino e 48,4% são mulheres.

Ainda segundo o Boletim Epidemiológico, a taxa de mortalidade por Aids também apresentou queda de 17,1% nos últimos cinco anos. Em 2015, foram registrados 12.667 óbitos pela doença e em 2019 foram 10.565. Na avaliação do Ministério da Saúde, ações como a testagem para a doença e o início imediato do tratamento, em caso de diagnóstico positivo, são fundamentais para a redução do número

de casos e óbitos por Aids. (AGÊNCIA AIDS, 2021).

Ainda de acordo com o Ministério da Saúde, a redução do número de casos nos últimos cinco anos (período compreendido entre 2015 e 2020) se deu por políticas públicas de saúde focadas na prevenção às infecções sexualmente transmissíveis (IST)⁷, por meio da prevenção combinada, sendo esta:

[...] Uma estratégia que faz uso simultâneo de diferentes abordagens de prevenção (biomédica, comportamental e estrutural) aplicadas em múltiplos níveis (individual, nas parcerias/relacionamentos, comunitário, social) para responder a necessidades específicas de determinados segmentos populacionais e de determinadas formas de transmissão do HIV. As intervenções biomédicas são ações voltadas à redução do risco de exposição, mediante intervenção na interação entre o HIV e a pessoa passível de infecção; [...] as intervenções comportamentais são ações que contribuem para o aumento da informação e da percepção do risco de exposição ao HIV e para sua consequente redução, mediante incentivos a mudanças de comportamento da pessoa e da comunidade ou grupo social em que ela está inserida; [...] As intervenções estruturais são ações voltadas aos fatores e condições socioculturais que influenciam diretamente a vulnerabilidade de

álcool, drogas e a prática de atividade sexual sem proteção, são fatores que potencializam o risco de um indivíduo adquirir uma doença.

7 A terminologia “Infecções Sexualmente Transmissíveis” (IST) passou a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo não apresentando sinais, sintomas ou a doença em si.

indivíduos ou grupos sociais específicos ao HIV, envolvendo preconceito, estigma, discriminação ou qualquer outra forma de alienação dos direitos e garantias fundamentais à dignidade humana. (AGÊNCIA AIDS, 2021).

Deste modo, destaca-se a importância da promoção de políticas públicas de saúde direcionadas às essas populações, bem como compreender a realidade posta no período atual. A realidade das pessoas que vivem com o HIV no Brasil hoje, de modo geral, não assemelham-se à daquelas que viviam na mesma condição na década de 1980. É um equívoco desmesurado correlacionar as situações, sendo essas antagônicas entre si, visto as explanações das terminologias, das estatísticas e reflexões suscitadas até o momento por meio deste artigo.

Do discurso autoritário e ações necropolíticas às reações legítimas nas redes sociais

Como citamos anteriormente, Bolsonaro teceu falas preconceituosas e infundadas acerca das PVHIV no Brasil, gerando comoção nas redes sociais e o levante da hashtag #EuNãoSouDespesa ⁸

⁸ A hashtag #EuNãoSouDespesa foi uma campanha promovida nas redes sociais pelo Conselho Nacional de Saúde, vinculado ao Ministério da Saúde, no intuito de reunir depoimentos contra discriminação às pessoas que vivem com HIV/Aids no Brasil, após o discurso preconceituoso de Bolsonaro direcionado às pessoas que vivem com o HIV em fevereiro de 2020.

como crítica a seu discurso antidemocrático, preconceituoso e autoritário.

As falas de cunho pejorativo direcionadas às PVHIV denotam desrespeito e preconceito, além de superficialidade diante dos conhecimentos basilares acerca do (con)viver com o HIV, do acesso à informação e a adesão ao tratamento, dos avanços técnico-científicos desenvolvidos por uma rede de pesquisadores a nível global, dentre outros aspectos fundamentais a se levar em conta ao estipular a redução de gastos, ao ampliar os investimentos em políticas públicas de saúde, ou até mesmo antes de lançar notas acerca de aspectos relacionados à saúde pública e seus contextos históricos, sociais, políticos ou econômicos.

É importante destacarmos que é obrigação do Estado diagnosticar, tratar e dar todo o apoio social e psicológico às pessoas que tem a infecção, sem discriminá-las e/ou acusá-las de ser um gasto adicional ao governo. A Constituição Federal Brasileira de 1988 traz algumas considerações fundamentais a respeito da seguridade social, no âmbito da saúde:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 2017).

Neste sentido, o discurso de Bolsonaro é antagônico às premissas constitucionais, favorecendo, portanto, a perpetuação do estigma e discriminação diante das PVHIV, ao passo que prejudica os esforços exigidos no enfrentamento à epidemia do vírus. O

estigma relacionado ao HIV e à condição sorológica deste grupo social ou de pessoas marginalizadas, mais suscetíveis à sua infecção, referem-se às crenças, atitudes e sentimentos negativos, geradas sobretudo por desinformações propagadas desde o primeiro caso de Aids relatado até os dias atuais. Quando utilizamos a interseccionalidade para compreender as especificidades dos sujeitos, notamos que para alguns destes subgrupos a desigualdade torna-se patente, a exemplo de PVHIV negras, do gênero feminino (cis e trans)⁹ e/ou homossexuais. Quando se trata de classes subalternas, as desigualdades se ampliam de forma abrupta.

Historicamente, a marginalização dos corpos tidos como subalternos (LGBTQIA+, negros e mulheres)¹⁰ desenvolveu-se

⁹ No âmbito social, cisgênero e transgênero são tipos de identidades de gênero, ou seja, como as pessoas se identificam. Cisgênero é o indivíduo que se identifica com o sexo biológico (masculino ou feminino) com o qual nasceu; e Transgênero é a pessoa que se identifica com um gênero diferente daquele que lhe foi dado no nascimento. Há, também, os não-binários (ou gênero fluido), referente aos indivíduos que não se identificam com a binaridade dos gêneros, podendo fluir entre ambos.

¹⁰ Há diversos grupos que são confinados a uma posição de inferioridade, nas mais diversas regiões do planeta. Entretanto, neste artigo focaremos em alguns grupos sociais específicos, a saber: negros, mulheres e LGBTQIA+, sendo estes os indivíduos considerados “grupo de risco” para infecção do vírus HIV no Brasil (o uso da expressão “grupo de risco”, abandonada desde os anos 1990, denota desconhecimento e também preconceito contra a comunidade LGBTQIA+, sobretudo à letra ‘G’ (gays), que lutam para se livrar do estigma de “vetor” do vírus. Na literatura, há o uso do conceito “comportamentos de risco”, abrangendo, de forma indiscriminatória, pessoas que não são consideradas suscetíveis à infecção, tendo em vista a conceituação “grupos de risco”. Neste sentido, utilizaremos este segundo (comportamento de risco) quando nos referirmos a alguma destas questões).

enquanto *modus operandi* de governabilidade, para controle e exploração desses sujeitos sob as bases do escravismo, do machismo e do patriarcado (SUESS; SILVA, 2019). Em uma perspectiva histórica, o estabelecimento da expansão da diminuição da existência e território do outro (VEIGA, 2018) justificou a forma de padronização social, onde nega-se outras possibilidades de existência dos sujeitos não-brancos-héteros, atribuindo-lhes o status de colonizados.

No tocante a essa questão, Ribeiro (2019, p. 34) tece considerações relevantes a respeito das estruturas de poder, do lugar social e do privilégio branco. Em uma passagem de seu escrito, a autora afirma que,

Os homens brancos são maioria nos espaços de poder. Esse não é um lugar natural, foi construído a partir de processos de escravização. Alguém pode perguntar: “mas e no caso de homens brancos pobres ou homossexuais, que não necessariamente possuem todos os privilégios sociais de homens brancos heterossexuais ricos?”. De fato, é sempre importante levar em consideração outras intersecções. Porém, o debate aqui é sobre uma estrutura de poder que confere privilégio racial a determinado grupo, criando mecanismos que perpetuam desigualdades. (RIBEIRO, 2019, p. 34).

Frente a essa estrutura de poder, marginalização e violência do Estado, o movimento LGBTQIA+ tem se posicionado através dos direitos humanos para produzir uma cultura de resistência e de combate à homofobia, através principalmente das demandas do reconhecimento jurídico das relações homossexuais e da criminalização da homofobia (RIOS, 2011; SANTOS, 2013;

SILVA, 2013). O movimento negro¹¹ também se organizou contra a opressão racial, a violência policial e o desemprego; pela inserção da História da África e Afrodescendentes no Brasil nos currículos escolares, a favor da criminalização do racismo e injúria racial como formas de garantir e fazer valer as políticas afirmativas. Destacamos aqui alguns direitos básicos, os quais devem ser garantidos a todos os sujeitos, conforme a Declaração dos Direitos Humanos:

Art. II. Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, opinião, ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição. Art. III - Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. (...) Art. V - Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. (...) Art. VII - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (BRASIL, 2018).

¹¹ Segundo a cientista política Ana Salvatti Fahs, o movimento negro surge no Brasil durante o período da escravidão. Para defender-se das violências e injustiças praticadas pelos senhores, os negros escravizados que aqui viviam se uniram para buscar formas de resistência e, ao longo dos anos, o movimento negro se fortaleceu e foi responsável por diversas conquistas desta comunidade, como as Leis nº 12.711/2012 e nº 11.645/2009. Por séculos, os negros foram injustiçados e os reflexos das políticas escravocratas instituídas ainda são visíveis no imaginário social atual.

Ao analisarmos o processo de resistência e de luta do movimento negro no Brasil, é possível compreender os desafios enfrentados para garantir direitos básicos à essa população. A exemplo disso, Nascimento (1978, apud SANTOS, 2005, p.23) analisa em sua obra que a escolarização ainda hoje é escolhida pelos negros como uma forma de ascensão social e principalmente a ocupação dos espaços sociais, entretanto, o sistema educacional brasileiro ainda promove o aparelhamento do controle da discriminação cultural, permitindo a perpetuação do preconceito racial através de seu currículo escolar: ao passo que privilegia epistemologias eurocentradas, promove o epistemicídio da cultura e a baixa produção de conhecimento sobre os povos negros e indígenas.

Sob essa lógica, questionar a presença de práticas que continuam a permitir ações excludentes e discriminatórias das populações mantidas em situação de desvantagem social é uma forma legítima de contestar o *modus operandi* da sociedade. A exclusão social se propaga principalmente nas periferias das cidades, sendo as minorias que ali sobrevivem produto do desenvolvimento desigual proporcionado pela ausência de políticas públicas eficientes que favoreçam as pessoas alocadas às margens da sociedade. Em uma perspectiva marxista, entendemos o conceito “desenvolvimento desigual” enquanto ritmos diferenciados de desenvolvimento das sociedades, países e nações (BOTTOMORE, 1988; PERPETUA, 2011, p. 58), visível no processo de (re)produção do espaço geográfico na qual sempre será referenciado com as demandas dos que o idealiza e quem o idealiza, permitindo exercer suas necessidades (SANTOS, 1994, p. 48).

Sabemos também que pessoas negras condicionadas à subalternização e que são PVHIV sofrem de práticas discricionárias no âmbito das relações sociais ao revelar sua sorologia positiva para o vírus, devido a manutenção dessas práticas desde o surto da epidemia de Aids na década de 1980¹². Dados estatísticos levantados pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/Aids (UNAIDS, 2018) destaca que 65,4% das PVHIV são negras e a mortalidade por Aids no Brasil é maior nesse grupo, sendo que, em um estudo comparado no período compreendido de 2007 a 2017 demonstra que houve crescimento de 25,3% na proporção de óbitos de brasileiros negros, ao passo que houve decréscimo de 23,8% para com a população de cor branca com sorologia soropositiva para o HIV, mostrando uma perceptível acumulação de vulnerabilidades sobre a população negra no país (BRASIL, 2018).

A questão da desigualdade social, causada não só pelas relações econômicas mas também de gênero, raça, etnia, condição de saúde e orientação sexual permeia nossa sociedade e permite a propagação da invisibilidade destes sujeitos. Conforme Mbembe (2017), a Necropolítica enquanto modelo de controle social permite analisar o campo de violência instituído às minorias, em maior número em regiões periféricas, que aponta a persistência da colonialidade nestes territórios. Uma dessas formas de controle é a perpetuação do racismo enquanto controle social no Brasil (Duarte, 2016).

¹² Notas sobre como o estigma contribui para o aumento da epidemia de Aids. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2017/11/hiv-apesar-de-avancos-da-medicina-preconceito-e-o-mesmo-dos-anos-80.html>.

Ainda sob a ótica Mbembeana, a dinâmica dos países colonizados se opera através de uma macroestrutura soberana que gerencia a morte em seu território. Os que devem viver e os que devem morrer são selecionados segundo grupos biológicos, apresentando o racismo como sua máxima expressão. A exemplo dessa afirmativa, observa-se a situação dos povos indígenas no governo bolsonarista, categorizados enquanto seres que impossibilitam o “progresso” nos territórios¹³. Nessa perspectiva, o “outro” sempre será o alvo das políticas de morte, pois encarna a figura de inimigo, gerando violências e morte enquanto mecanismo de segurança dos que estão no poder. Essas formas são processos técnicos silenciosos nas industrializações da morte (MBEMBE *apud* PEREIRA, 2019, p. 369), operadas pelo Estado para matar silenciosamente e satisfazer à classe dominante para nutrir a ligação entre justiça e vingança.

Atrelado a este fator, soma-se o discurso autoritário permeado por Bolsonaro às classes subalternas. Estudos psicanalíticos sobre personalidade autoritária e fascismo demonstram algumas percepções comuns acerca da adesão ao autoritarismo, as características em discursos proferidos por grandes líderes e a submissão de seus seguidores, sendo estes conduzidos pela sedução de um falso poder evidenciado pela aldrabice de falsos profetas. A ausência de uma agenda de governo positiva e de qualquer coisa que se possa “dar” aos menos favorecidos, assim como o uso paradoxal

¹³ “Bolsonaro diz que reservas indígenas buscam inviabilizar Brasil”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-diz-que-reservas-indigenas-buscam-inviabilizar-brasil-23908043>

de ameaça e negação são características comuns encontradas em líderes deste porte, tal como Hitler, o "grande homem comum": um líder só pode ser amado se ele próprio não amar; o líder deve ao mesmo tempo realizar o milagre de aparecer como uma pessoa comum, e aquele que pode salvar a nação, um super-herói. Adorno (1995) define a estrutura deste tipo de personalidade não por critérios sociais ou políticos. Para ele, a estrutura da personalidade autoritária

"[...] seria definida muito mais por traços como pensar conforme as dimensões de poder –impotência, paralisia e incapacidade de reagir, comportamento convencional, conformismo, ausência de autorreflexão, enfim, ausência de aptidão à experiência. Personalidades com tendências autoritárias identificam-se ao poder enquanto tal, independente de seu conteúdo. No fundo dispõem-se de um eu fraco, necessitando, para se compensarem, da identificação com grandes coletivos e da cobertura proporcionada pelos mesmos. O fato de por toda parte reencontrarmos figuras caricatas como as representadas nos filmes sobre meninos prodígios, isto não depende nem da perversidade do mundo como tal, nem de peculiaridades do caráter nacional alemão [nazismo], mas sim da identidade daqueles conformistas, que possuem de antemão um vínculo com os instrumentos de qualquer estrutura de exercício do poder, com os seguidores potenciais do totalitarismo. Além do mais, é ilusório imaginar que o regime nazista nada tenha significado além de pavor e sofrimento, embora tenha também este significado inclusive para muitos de seus próprios adeptos. Muitos viveram muito

bem sob o fascismo. O terror só se abateu sobre um pequeno número de grupos relativamente bem definidos.(ADORNO, 1995, p. 37).

A imagem do líder satisfaz o duplo desejo do seguidor de se submeter à autoridade e de ser ele próprio a autoridade. Neste sentido, a fala de Bolsonaro direcionada às PVHIV evidencia a ambivalência do discurso autoritário e ações necropolíticas que permitem, por meio de seu discurso, perpetuar o estigma diante da sorologia positiva nas diversas esferas sociais, consolidando o preconceito no imaginário social, dando condições para operar uma política genocida direcionada a este grupo social.

Considerações finais

Nos últimos anos, o Brasil foi referência internacional no que concerne a testagem, prevenção e tratamento por meio da Lei 9.313/96, garantindo essa tríade à toda a população em território nacional por meio do sistema de tratamento universal e gratuito brasileiro, investindo em publicidade para proliferar a informação, e fortalecendo órgãos e demais entidades responsáveis por desempenhar atividades e serviços fundamentais àqueles que precisam ou se encontram em situação de vulnerabilidades ao vírus. Entretanto, especialistas anunciam que os avanços nos últimos anos estão se esvaindo no ralo da necropolítica bolsonarista, devido o corte de investimentos nesta área, anunciados no momento do discurso perverso direcionado àqueles que vivem com o vírus HIV. Nessa

mesma ocasião, anuncia-se a perpetuação da marginalização destes sujeitos e evidencia-se, portanto, o processo de retrocessão à qual o atual governo federal se propõe a cristalizá-lo com mérito.

Apesar da hashtag #EuNãoSouDespesa surgir no período recente como forma de protesto e resistência, desde a década de 1990 o movimento de combate à Aids no Brasil suscitou possibilidades diversas de construção da participação política em rede, por meio de coletivos e ONGs, na medida em que compreendeu e incorporou o fortalecimento de vínculos destes sujeitos para disseminar informações, compartilhar experiências e, sobretudo, promover o fortalecimento conjunto contra as formas de violência do Estado e governos fascistas. Ademais, destacamos a importância da coletivização das concepções acerca do *modus vivendi* deste grupo, à qual possibilita a propagação da informação correta à sociedade, de maneira que o estigma por esses sujeitos diminua progressivamente, rompendo com a lógica excludente, homofóbica e racista que impera em nossa sociedade e nas instituições, além de legitimar o lugar de fala e dar visibilidade a esses sujeitos.■

[EVERTON DA SILVA SANTOS]

Geógrafo, mestrando pelo Programa de Pós-graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). E-mail: evertonss@usp.br

Referências

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. In: Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual de adesão ao tratamento para pessoas vivendo com HIV e AIDS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2Q2RjFZ>>. Acesso em 23 Jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de DST/Aids**. Boletim epidemiológico AIDS/DST. Brasília; 2018. ISSN 1517 1159.

BRASIL. Secretaria Especial Dos Direitos Humanos. (2018). **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Autor.

BRASIL. **O que é sistema imunológico**. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Aids.gov.br. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-e-hiv/o-que-e-sistema-imunologico>>. Acesso em: 23 Jul. 2021.

BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento marxista. In: PERPETUA, G. M. Considerações sobre a produção do espaço regional à luz da teoria Marxista contemporânea. **Revista Formação Online**, n. 18, volume 2, p. 50-65, jul./dez., 2011. disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/653>>. Acesso em 27 jul. 2021.

DUARTE, E. C. P.; QUEIROZ, M. V. L. ; COSTA, P. H. A. **A Hipótese colonial, um diálogo com Michel Foucault**: a Modernidade e o Atlântico Negro no centro do debate sobre Racismo e Sistema Penal. *Universitas Jus*, v. 27, p. 1, 2016.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

PAULA, J. **Olimpíadas 2021**: Brasil enfrenta Argentina no vôlei de praia. Confirma o cenário das infecções por HIV – Agência AIDS. *Agenciaaids.com.br*. Disponível em: <<https://agenciaaids.com.br/noticia/olimpiadas-2021-brasil-enfrenta-argentina-no-volei-de-praia-confirma-o-cenario-das-infeccoes-por/>>. Acesso em: 28 Jul. 2021.

PEREIRA, J. M. Achille Mbembe: Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 25, n. 55, p. 367-371, Dez. 2019. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/s0104-71832019000300017>>. Acesso em 19 jul. 2021.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIOS, R. R. Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Homossexualidade. In: **Amazônica Revista de Antropologia**, vol. 3, no. 2, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2TOWpYK>>. Acesso em: 21 jul. 2021. p. 291.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico internacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, S. A. **A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro**. In: BRASIL. Ministério da Educação e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SUESS, R. C.; SILVA, A. S. A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S.l.], p. e7, out. 2019. ISSN 2236-4994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/35469>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

UNAIDS. **75% de todas as pessoas que vivem com HIV conhecem seu estado sorológico, diz novo relatório do UNAIDS**. 2018. Disponível em: <<https://unaid.org.br/2018/11/75-de-todas-as-pessoas-que-vivem-com-hivconhecem-seu-estado-sorologico-diz-novo-relatorio-do-unaid/>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

VEIGA, L. M. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **Revista Tabuleiro de Letras**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 77-88, 2018. b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.35499/tl.v12i1.5176>>. Acesso em: 18 jul. 2021.